

Habilitações académicas:

Licenciatura em Geologia pela Universidade de Lisboa — Faculdade de Ciências de Lisboa de 1971 a 1976. Especialidade — Hidrogeologia, média final de 14 valores.

Experiência profissional na Administração Pública:

Iniciou funções públicas como Professor do Ensino Secundário em 12 de Outubro de 1976, tendo leccionado no Ensino Secundário e no Preparatório desde aquela data até 7 de Julho de 1980. De 8 de Julho de 1980 até 17 de Julho de 1996 exerceu funções no Ministério das Obras Públicas depois do Planeamento e finalmente do Ambiente, na área da gestão de águas subterrâneas com a categoria de geólogo de 2.ª classe de 8/07/80 a 10/10/91 e de 11/10/91 até 17/07/1996 como técnico superior de 1.ª classe.

Em 1996 (18 de Julho) ingressou no ex-IGM, por processo de transferência.

Em 14/11/97 técnico superior principal no Instituto da Água (quadro da ex-DGRN) e em 13/03/98 técnico superior principal do quadro do ex-IGM, respectivamente. Em 5/02/2002 assessor do ex-IGM. Foi nomeado assessor principal em 9/11/2006.

Principais actividades e responsabilidades como assessor principal:

Co-responsável desde 1996 (11 anos) pela informação dos assuntos da área de Prospecção e Pesquisa e respectiva tramitação processual.

Representante da DGEG em reuniões das Comissões de Revisão dos PDM's.

Preparação em co-autoria do programa e do caderno de encargos para o concurso para atribuição directa de concessão da exploração dos depósitos minerais denominados «Nisa» e da concessão para prospecção e pesquisa da área adjacente.

Participação como vogal no concurso de Aquisição de uma Prestação de Serviços Necessários à Implementação do Sistema de Informação do Ministério da Economia e da Inovação (SIMEI).

Prestação de apoio como principal técnico da área das Minas e Pedreiras, desde o arranque do Projecto, à equipa da Unisys responsável pelo desenvolvimento do sistema de gestão da informação Geoenergia 2010, em curso de implementação na DGEG.

Foi responsável pela orientação administrativa do processamento das guias de receita relativas a Minas.

Formação profissional nas áreas de Ordenamento e Planeamento do Território, Informática na Óptica do Utilizador (Microsoft Office XP nomeadamente Word, Excel e Access) e Gestão por Objectivos.

Nota Curricular

Nome: Luís Alberto de Lacerda Morais

Data de Nascimento: 20 de Novembro de 1955

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia de Minas pelo Instituto Superior Técnico em 1989 e inscrito na Ordem dos Engenheiros com a cédula profissional n.º 24059.

Estágio na Empresa Carbonífera do Douro em 1988.

Estágio na Secil — Companhia Geral de Cal e Cimento em 1988.

Percurso Profissional:

Professor de matemática no ensino secundário de 1975 a 1990

Técnico superior na Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia de 1992 a 2006.

Assessor na Direcção-Geral de Energia e Geologia desde Janeiro de 2007.

Experiência Profissional:

Director de produção numa empresa extractora e transformadora de mármore, encarregue da gestão, planificação e acompanhamento das suas pedreiras no Alentejo.

Acompanhamento dos processos de licenciamento de pedreiras e oficinas industriais anexas, fiscalização de minas, pedreiras e oficinas industriais.

Formador num curso de formação profissional para encarregados, nos módulos “Técnicas de desmonte de depósitos e massas minerais” e Tecnologia de tratamento de rochas”.

Examinador para operadores de explosivos desde 1992.

Outras actividades profissionais:

Frequência de vários cursos relativos à actividade extractiva, dos quais se destacam “Manipulación de maquinaria en explotaciones mineras a cielo abierto” e “Manipulación de explosivos en la explotación minera a cielo abierto” em Badajoz — Espanha, “Environmental Management” e “Segurança e higiene na trabalho”.

Participação em vários seminários, congressos, jornadas e visitas, com apresentação de várias comunicações no âmbito dos recursos geológicos e sua articulação com o ambiente.

Visitas técnicas diversas, nomeadamente às pedreiras de Carrara — Itália e, Macael — Espanha e às instalações fabris da Volvo — Suécia.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 1185/2008**

O despacho n.º 22 522/2006, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 214, de 7 de Novembro, estabeleceu para o território do continente as condições, os requisitos organizacionais, técnicos, humanos e materiais, bem como os prazos para a apresentação das candidaturas das entidades certificadoras que, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º, conjugado com o artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 212/2004, de 23 de Agosto, pretendam ser reconhecidas e designadas para exercer as funções de controlo da produção e comércio e de certificação de produtos vitivinícolas com direito a denominação de origem (DO) ou indicação geográfica (IG).

O n.º 8 do referido despacho determinou que as candidaturas deveriam ser apresentadas na sede do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I.P.), em Lisboa, no prazo de 180 dias após a sua publicação.

Sucedeu que a generalidade das actuais comissões vitivinícolas regionais (CVR), por diversas razões, não tiveram condições para apresentar, dentro do prazo, os processos de candidatura, individuais ou conjuntos, que pudessem enquadrar uma ou mais áreas geográficas actualmente reconhecidas, pelo que, pelos despachos n.ºs 10 519/2007, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 107, de 4 de Junho, e 23 036/2007, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 192, de 4 de Outubro, procedeu-se à prorrogação do referido prazo.

Contudo, verificou-se, até à data, não terem sido apresentadas candidaturas relativas a algumas áreas geográficas em que, reconhecidamente, estavam a ser preparados processos de fusão ou de concentração de várias CVR, pelo que, atendendo à maior complexidade na preparação de candidaturas desta natureza e à fase de preparação das mesmas, considera-se necessário alterar o prazo previsto nos despachos citados.

Assim, e nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 212/2004, de 23 de Agosto, determino o seguinte:

O prazo indicado no n.º 1 do despacho n.º 23 036/2007, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 192, de 4 de Outubro é prorrogado até ao dia 31 de Janeiro de 2008.

27 de Dezembro de 2007. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Despacho n.º 1186/2008

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o assessor principal António Manuel Ferreira Bidarra, do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2008, e manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

28 de Dezembro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral de Veterinária**Despacho n.º 1187/2008**

Ao abrigo do disposto no artigo 35º e do n.º 1 do artigo 36 do Código de Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro e no uso da autorização concedida pelo Despacho 21 385/2007 de 16 de Julho, publicado no *Diário da República*, n.º 178, 2.ª série, de 14 de Setembro de 2007 do Director-Geral de Veterinária, delegeo e subdelego nas Chefes de Divisões de Intervenção Veterinária, de Bragança, de Vila Real, de Douro Sul, de Viana do Castelo, de Braga e do Porto, respectivamente Dr.ª Ana Paula Pinheiro Sousa Matos Pires, Dr.ª Ana Paula de Oliveira Figueiras, Dr.ª Maria Aurora Mendes Sousa, Dr.ª Maria José Grácio Bilro Castela, Dr.ª Elsa Marina Matos Machado e Dr.ª Maria Teresa Fernandes Monteiro, no âmbito das respectivas divisões e relativamente ao pessoal nelas integrado:

- 1- Delegação de competências próprias
 - 1.1- Autorizar o gozo de férias
 - 1.2- Justificar ou injustificar faltas.

1.3- Autorizar o pessoal a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei do processo.

2- Subdelegação de competências

2.1- Autorizar deslocações no território nacional, bem como a utilização, nessas deslocações de viaturas do Estado e de transportes públicos.

2.2- Assinar o expediente corrente incluído a correspondência para o exterior.

2.3- Autorizar, caso a caso, mediante adequada fundamentação e no cumprimento das normas legais em vigor a condução de viaturas oficiais por funcionários ou agentes não inseridos na carreira de motoristas.

3- Subdelego ainda a competência para assinar o expediente corrente, incluindo a correspondência para o exterior, para além das Chefes de Divisão referidas no ponto anterior, no Técnico Superior de 1ª classe Dr. Luciano Rodrigues Costa Duarte.

4- O presente despacho ratifica todos os actos por elas praticados no âmbito das competências delegadas e subdelegadas, desde 1 de Abril de 2007.

18 de Dezembro de 2007 — O Director de Serviços, *Alfredo Jorge da Cruz Sobral*.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Despacho n.º 1188/2008

Nos termos do nº5 do artigo 21º da lei nº51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 13 de Dezembro, da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas:

Rui Manuel Costa Martinho, é nomeado Director de Serviços de Planeamento e Acompanhamento e Avaliação do Gabinete de Planeamento e Políticas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, com base na avaliação efectuada e constatando-se a adequação do perfil pessoal e das competências, preenche todos os requisitos.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome: Rui Manuel Costa Martinho

Naturalidade: Paredes da Beira

Idade: 43 anos

2 — Habilitações Literárias/Formação Profissional:

Licenciatura em Agronomia, Especialidade de Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (1982/87);

Pós-Graduação em Estudos Europeus (Dominante Económica) da Universidade Católica Portuguesa (1990/91);

Pós-Graduação em Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia (1993/94);

Pós-Graduação em Gestão Pública — curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), do Instituto Nacional de Administração (2000/01);

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), no Instituto Nacional de Administração (2006).

3 — Actividade Profissional — principais funções exercidas:

Técnico da Direcção de Serviços de Produções Vegetais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar;

Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica;

Chefe do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e do Desenvolvimento Regional;

Director de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA);

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;

Director de Serviços de Produções Vegetais, do GPPAA;

Chefe de Divisão de Culturas Arvenses do GPPAA;

Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;

Membro do Grupo de Trabalho que preparou a componente “agricultura e desenvolvimento rural” do PNDES e do PDR 2000-2006;

Coordenador do Secretariado Técnico responsável pela operacionalização da medida “IED, Formação, Organização e Estudos” do PAMAF — QCA 94/99;

Membro do grupo de trabalho nomeado pelo Secretário de Estado da Agricultura que preparou a regulamentação do PAMAF — QCA 94/99;

Coordenador da Divisão de Medidas Infra-estruturais e de Organização da Direcção de Serviços de Política Socio-Estrutural do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR);

Perito Nacional destacado na Comissão das Comunidades Europeias (91/92), participando no processo de operacionalização do Programa LEADER;

Técnico da equipa de coordenação nacional do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa — P.E.D.A.P.;

Técnico da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região Norte.

13 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho n.º 1189/2008

Nos termos do nº5 do artigo 21º da lei nº51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 17 de Dezembro, da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas: António José Cerca Miguel, é nomeado Director de Serviços dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento e Políticas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, dado a sua relevante experiência profissional e pelos conhecimentos e qualificações que demonstrou, preenche todos os requisitos.

Curriculum Vitae

Informação Pessoal

Nome: António José Cerca Miguel

Nacionalidade: portuguesa

Data de Nascimento: 7 de Fevereiro de 1953

Licenciatura no Instituto Superior de Agronomia em 1977

Experiência profissional

Desde Outubro 2006 — Assessor da Direcção do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP);

De Setembro de 2000 a Setembro de 2006 — Conselheiro da REPER em Bruxelas, tendo desempenhado funções de Porta-voz no Comité Especial de Agricultura (CEA) desde Setembro de 2002.

De Novembro de 1998 a Setembro de 2000 — Sub Director Geral do GPPAA do MADRP.

De Fevereiro de 1991 a Novembro de 1998 — Director de Serviços de Produtos Vegetais do DGMMAIAA, IMAIAA e GPPAA

De Novembro de 1986 a Janeiro de 1991 — Chefe de Divisão de Frutas e Hortícolas no Secretariado Agrícola de Relações Europeias (SARE) do Ministério da Agricultura.

De Janeiro de 1984 a Fevereiro de 1986 — trabalhou na Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

De 1981 a 1983 — Chefe de Divisão de Análise de Programas e Projectos de Investimento no Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura.

De 1977 a 1981 — ingressa no Quadro do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas em 1977, desempenhando actividade com técnico.

17 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 1190/2008

Considerando as “orientações comunitárias sobre os auxílios estatais aos transportes marítimos” adoptadas pela Comissão Europeia, em 17 de Janeiro de 2004, que enquadram as políticas de auxílios aos transportes marítimos dos Estados-Membros, tendo em vista atenuar a falta de competitividade das frotas sob bandeiras de países da União Europeia no mercado mundial;

Considerando que, do ponto de vista nacional e do ponto de vista da União Europeia, existem razões de fundo para a recuperação, a manutenção e o incremento da frota comunitária de registo convencional, razões que têm sido amplamente divulgadas e evidenciadas a nível interno e ao nível da própria Comissão;

Considerando que os encargos com a tripulação ao serviço de navios de registo convencional dos Estados-Membros da Comunidade constituem a componente de custo determinante para a falta de competitividade das respectivas frotas e que um número significativo de Estados-Membros da União Europeia têm vindo a implementar internamente medidas de